

Breves reflexões epistemológicas a propósito da produção social de sentido *

1. Tendo por objectivo justificar, com argumentos qualificados, que uma pesquisa voltada para a análise da dimensão ideológica das sociedades pudesse legitimamente converter-se em indagação acerca da produção, circulação e interpretação sociais de sentido, obriguei-me a percorrer recentemente, com a sistematicidade de que fui capaz, as principais teses, polémicas e obstáculos interiores ao campo da *semiologia*.

Procurarei transmitir-vos a seguir, não propriamente o que pude inventariar ao longo desse percurso, mas, sobretudo, um conjunto de reflexões que ele me sugeriu, quer quanto aos limites e possibilidades de uma interrogação sociológica sobre o sentido socialmente produzido e partilhado, quer quanto à questão, paralela da primeira, das relações entre a sociologia e a semiologia, tomando a liberdade de ilustrar os meus pontos de vista com referências a um tema cujos títulos de legitimidade sociológica e filosófica estão seguramente por criar, mas que nem por isso é, do ponto de vista epistemológico, menos aliciante: a produção social de sentido, através da matéria significante do corpo.

2. Como, por certo, será familiar a muitos dos presentes, as propostas de delimitação do objecto teórico da semiologia têm-se cindido a partir de duas linhas de clivagem fundamentais.

Referirei, em primeiro lugar, a que opõe os defensores de uma semiologia «da comunicação» aos de uma semiologia «da significação».

Para os primeiros, a «intenção de comunicar» é o critério adoptado para decidir, não só do que são actos de comunicação, como, simultaneamente, do que são factos semiológicos, impondo-se, a partir daí, que do conceito de signo se excluam todos os factos capazes de fornecer indicações que não tenham sido produzidas com esse fim, «quer por se tratar», estou a citar Luís Prieto, «de factos naturais, quer por serem factos produzidos pelo homem de modo involuntário ou com intenção diversa da de indicar o que quer que seja» — os «índices espontâneos» (por oposição, justamente, a «índices intencionais»).

Para os defensores da semiologia da significação, por outro lado, o objecto da disciplina deve, tanto quanto possível, ultrapassar a questão

* Comunicação apresentada ao Seminário sobre Relações entre Filosofia e Ciências, que se realizou na Faculdade de Letras do Porto em Abril de 1978.

das condições subjectivas da emissão/recepção de mensagens para privilegiar a restituição dos sistemas de signos que as configuram. É assim que, aludindo ainda ao modelo canónico da comunicação, se afirma que «a verdadeira fonte da informação, a reserva de informação possível», se encontra «no próprio código» (Umberto Eco), reconhecendo-se, além disso — daí a importância que o conceito de conotação assume nesta perspectiva —, a articulação dos sistemas de signos com os «universos culturais» existentes na sociedade.

3. Mas em torno da definição do objecto teórico da semiologia gira, como dissemos, uma outra controvérsia, de que importa reter os principais aspectos.

Enquanto, recorrendo a alguns princípios enunciados já por Saussure e Pierce, os fundadores, se tem defendido, no âmbito de tal controvérsia, a constituição de uma semiologia com o estatuto de ciência de todos os signos e tipos de significação, englobando a linguística como seu ramo especializado, há quem, por outro lado, sustente, com o argumento de que os sistemas semióticos não linguísticos constituem um horizonte empírico qualitativamente distinto do dos fenómenos da linguagem, que a semiologia se deve limitar à análise dos sistemas de signos estritamente não linguísticos.

Interpõe-se aqui um outro debate, o gerado em torno quer da especificidade do sistema linguístico, quer, conexamente, da sua eventual «superioridade» no âmbito da «comunidade semiótica», sendo habitual invocar, em abono desta última tese, tanto a ilimitada capacidade da língua para formar enunciados novos, como ainda a sua natureza intrinsecamente metasemiótica.

Para a temperar criticamente, tem-se referido, pelo contrário, que a propriedade metasemiótica da linguagem não dispensa a prévia e específica criação de significações por parte dos sistemas que eventualmente ela converta em objecto de discurso — o que, como é óbvio, atribui a estes um lugar que não é necessariamente de subalternidade semiótica — e que, por outro lado, o carácter abstracto do sistema linguístico, factor indiscutivelmente ligado à sua criatividade, impede, em determinadas circunstâncias, a produção de efeitos de sentido tão complexos como os que se elaboram, de forma sincrética, noutras matérias e formas significantes (imagens, comportamentos gestuais, etc.).

4. Apesar da inteira razoabilidade, ao menos aparente, destes argumentos e de, cada vez mais, a produção de conhecimentos novos sobre a diversidade de processos semióticos concretos conduzir a resultados efectivos e concludentes, não é sem hesitações de vária ordem que o alargamento do horizonte empírico da semiologia ao conjunto de factos não linguísticos se tem, entretanto, concretizado.

Uma delas diz respeito ao carácter alegadamente a-sistemático de modos de significação, tais como, entre outros, os implicados nas mensagens icónicas ou na gestualidade espontânea. A impossibilidade de reconduzir o seu funcionamento a um conjunto de unidades e regras de combinação bem definidas (o que, pelo contrário, generalizadamente se admite ser viável nas línguas naturais, meios de sinalização do tráfego, etc.) anularia, segundo certos autores, a relevância de tais factos em termos semiológicos.

Ao afirmar, lapidarmente, que um dos objectivos da semiologia consiste, justamente, em «estabelecer a existência de sistemas nos modos de significação aparentemente a-sistemáticos», Pierre Guiraud fornece, creio, a resposta epistemologicamente adequada àquelas objecções.

São, contudo, os estudos especializados sobre vários tipos de manifestações semióticas concretas, como — para nos limitarmos aos casos ilustrativos de há pouco — os que têm incidido sobre enunciados icónicos ou sobre comportamentos gestuais, que, de forma cada vez mais concludente, prolongam e conferem todo o alcance à tese genérica de Guiraud.

Assim, por exemplo, do seu rigoroso exame à natureza semiológica dos primeiros conclui Umberto Eco serem eles analisáveis através de um conjunto de relações convencionais entre unidades pertinentes dum sistema gráfico e unidades pertinentes dum sistema sémico, dependente de codificação culturalmente determinada da experiência perceptiva. O facto de nos enunciados icónicos se verificar a ocorrência frequente de elementos com estatuto correspondente ao que, nas línguas naturais, assumem as «variantes facultativas» ou «traços supra-segmentais» não permite afirmar, adverte Eco, que os signos icónicos (eles próprios funcionando como «blocos de significados», o que, mais recentemente, o conduz não só à crítica do conceito de signo icónico, como à do de signo em geral) se furtem à codificação. Poder-se-á, quando muito, dizer que, contrariamente à linguagem natural que se organiza segundo códigos fortes, os enunciados icónicos se reconstituem a partir de códigos fracos, pouco definidos e em constante mutação.

Propensos, por força da metodologia que normalmente accionam, a dar conta, com grande minúcia descritiva, de todos os sintomas da diversidade social, puderam os etnólogos assinalar desde há muito a relevância que, do seu ponto de vista, assume a gestualidade humana. Mais: em autores como Marcel Mauss, por exemplo, encontrar-se-ão mesmo, não só importantes tentativas de sistematização teórica acerca das modalidades, factores e funções sociais das «técnicas do corpo», como, inclusivamente, alusões, ainda que ténues, à pertinência semiológica destas.

É, porém, no âmbito do que se tem designado por *kinesics* que mais espectacularmente se tem avançado na análise do modo de estruturação dos comportamentos gestuais, não sem que algumas polémicas sobre a definição das unidades pertinentes da comunicação gestual (tão vivas quanto, por vezes, fúteis) se vão registando pelo caminho.

Domínio contíguo ao dos estudos quinésicos, embora relevando de (e sobrepondo-se a) um conjunto de preocupações coincidentes com as do interaccionismo e etnometodologia na sociologia, é a chamada *análise contextual*, que se tem ocupado privilegiadamente do problema de sentido da gestualidade humana. Em termos mais descritivos do que teoricamente fundamentados, trata-se, nessa perspectiva, de tentar reconduzir, através de uma análise diferencial, certos elementos da pretensa organização semântica das «mensagens gestuais» aos principais traços (aleadamente estruturais) do contexto interactivo em que se integram, até definir unidades de sentido pertinentes.

Permito-me chamar ainda a vossa atenção para trabalhos de Eliseo Veron sobre estes temas: partindo de uma reavaliação crítica da dicotomia digital/analógico, constituem, ao que penso, um importante contributo para uma reformulação, num sentido antiempírico, das pesquisas socios-semiológicas da gestualidade.

5. Regressemos, porém, à interrogação de partida — será legítimo estruturar uma investigação sobre a dimensão ideológica das sociedades em termos de produção, circulação e interpretação sociais de sentido? —, tentando encontrar-lhe respostas no percurso efectuado.

Parece ter de dizer-se, em primeiro lugar, que uma definição do objecto da semiologia que o restrinja ao conjunto de factos revelando a «intenção de comunicar», não só dificilmente encontra argumentos que a apoiem no interior do campo teórico da semiologia, como, fundamentalmente, opera uma exclusão do seu domínio de pertinência de factos cuja relevância é, em termos sociológicos, indiscutível. Reduzir o horizonte empírico da semiologia, isto é, o conjunto dos factos reconhecidamente portadores de sentido, aos chamados *índices intencionais*, dele afastando estritamente, não apenas os «espontâneos», como até os «falsamente espontâneos», corresponde, com efeito, a uma opção teórica e metodológica rigorosamente insustentável na perspectiva da sociologia. Mais: se a sociologia deve ser, como generalizadamente já vai sendo aceite, um trabalho de permanente (porque sempre inacabada) crítica das evidências do saber imediato sobre as sociedades, caber-lhe-á, a este propósito, revelar «por detrás» dos factos explicitamente não intencionais — que o senso comum tende justamente a considerar acidentais ou não significativos — a produção socialmente determinada, embora quase sempre sem autor identificável, de efeitos de sentido.

Tomando como exemplo o conjunto de factos que integram a chamada *gestualidade espontânea*, dir-se-á que, do ponto de vista da sociologia, eles são tão susceptíveis de ser constituídos em problema científico como aqueles que relevam dos rituais mais elaborados da prática social. Se é verdade que, por serem diversas as respectivas condições sociais de constituição e funcionamento, gestualidade espontânea e gestualidade intencional são restituíveis pela sociologia a partir de objectos conceptuais parcialmente distintos, nem por isso, de facto, há (deve haver) lugar, no seu âmbito, para quaisquer formas de discriminação epistemológica em favor da segunda.

Factos para os quais não seja possível, por outro lado, prever, para além de uma intenção de comunicar, sequer, em boa verdade, um emissor (objectos, organização do espaço, etc.) — obviamente não portadores de sentido, segundo os defensores da semiologia da comunicação — não podem deixar de se incluir, precisamente como fenómenos de sentido, no domínio de pertinência da sociologia: estará em causa, nessa altura, investigar, não propriamente o modo de geração de efeitos de sentido, mas, fundamentalmente, o complexo processo da sua interpretação/reconhecimento, indissociável do da circulação/inculcação de sentido ou processo de socialização.

Sendo, entretanto, inegável a convergência entre tais preocupações e as que precisamente conferem especificidade à abordagem semiológica alternativa conhecida por *semiologia da significação* — a qual, como vimos, desloca o núcleo da problemática teórica em causa da esfera das relações subjectivas entre os actores da comunicação para a dos «universos culturais» que enformam a produção/recepção de sentido —, sendo inegável tal convergência, dizíamos, pode afirmar-se que falar em produção, circulação e interpretação de sentido, se, por um lado, se ajusta ao objectivo, próprio da sociologia, de análise global das formações sociais na perspec-

tiva do ideológico, encontra, por outro, no âmbito da semiologia (de certa semiologia) argumentos especializados em seu favor.

6. A demonstração, pela própria prática da pesquisa empírica, de que existem múltiplos processos de produção de sentido não linguísticos, restituíveis, como a linguagem, de forma sistemática, embora através de conceitos ajustados à respectiva especificidade material — foi outro dos aspectos abordados —, permite, entretanto, aprofundar a convergência entre os pontos de vista disciplinares aqui invocados.

De facto, o estabelecimento, cada vez mais atento à diversidade semiótica, de correspondências entre unidades do plano da expressão e elementos do plano do conteúdo — tarefa que a semiologia parece estar já em condições de ir efectuando sem algumas das inibições que o modelo da linguística durante muito tempo lhe impôs — redundará em justificação tácita do tipo de interrogação sociológica que temos vindo a formular: se esta tem por objectivo circunscrever a génese e o funcionamento diferenciais dos mecanismos sociais de produção, circulação e interpretação de sentido, tendo especialmente em conta os seus geradores imediatos, que são os sistemas de disposições e automatismos pré-reflexivos, tendencialmente associados ao espectro hierarquizado de posições na estrutura social, é de admitir que o trabalho de sistematização semiológica a que aludimos, alargando o seu âmbito a todos os específicos modos de inscrição material de sentido, se lhe venha ajustar perfeitamente.

7. A este propósito impõem-se, contudo, algumas observações, pois o ajustamento de que se fala, mesmo quando formalmente indesmentível, pode não corresponder a uma convergência disciplinar produtiva.

Não se ignora a importância que historicamente teve no domínio das ciências sociais (incluindo as chamadas *ciências da linguagem* ou *da comunicação*) a construção, pela teoria, de objectos conceptuais capazes de contrapor à mera explicitação do saber espontâneo dos agentes sobre as suas próprias práticas (característica do modo de conhecimento fenomenológico) a identificação dos sistemas de relações objectivas que as estruturam.

Se uma tal ruptura, condição *sine qua non* da própria possibilidade de pensar cientificamente a realidade social, está, com efeito, na base de alguns dos mais notórios avanços do conhecimento neste domínio, não é menos verdade que o modo de conhecimento (objectivista) que ele inaugurou contém os seus próprios riscos e limitações. Consistem eles, sinteticamente, em tomar as estruturas «objectivas», elaboradas pela teoria com vista a dar conta das práticas sociais, como entidades ou princípios que realmente as governam, pressupondo assim que os determinismos sociais puros e simplesmente resultam da conversão de regularidades estatísticas observáveis e codificáveis (no processo de conhecimento) em regras observadas (isto é, cumpridas) pelos agentes sociais.

A elaboração de uma teoria da prática enquanto tal, isto é, de uma teoria que coloque o princípio de produção das práticas («mode de génération des pratiques», como diria Pierre Bourdieu) e, portanto, dos determinismos sociais, como seu problema central, é, assim, uma tarefa que só noutro espaço epistemológico se pode concretizar.

No plano das ciências da linguagem, as teorias da enunciação, bem como, de um modo geral, o esforço realizado para ter em conta a chamada

dimensão pragmática do sentido, são precisamente, penso, sintomas de uma crise do modo de conhecimento objectivista, sem que as proposições que a denunciam se achem, contudo, devidamente enquadradas já numa proposta epistemológica alternativa com as características que enunciámos (modo de conhecimento praxeológico, para continuar a seguir Bourdieu).

Simplemente, embora me pareça, por razões que já expus noutro lugar, ser improvável que a ruptura praxeológica no domínio da análise linguística e semiológica possa ser induzida endogenamente, isto é, sem recurso a uma radical crítica sociológica dos seus conceitos e pressupostos fundamentais, não quero também correr o risco de afirmar que o confronto disciplinar indiscriminado com a sociologia permita, por si só, consumá-la.

De facto, a passagem de uma problemática que reduz toda a complexidade do processo de enunciação à reprodução pelos falantes da diversidade de códigos linguísticos ou semiológicos a uma outra capaz de o restituir em termos do accionamento de competências práticas e simbólicas globais, interiorizadas através de um processo de aprendizagem socialmente marcado e, por isso, inseparáveis do sistema de posições na estrutura de classes, tal mutação de problemática, dizia, só pode ser induzida por uma «consciência sociológica» igualmente predisposta a remeter quer a produção das práticas sociais, quer a reprodução, por estas, das estruturas sociais para — vou citar Bourdieu — os sistemas de «disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona(m) em cada momento como matriz(es) de percepção, de apreciação e de acções».

8. Um exemplo esclarecerá melhor o leque de possíveis pontos de contacto, na análise do sentido, entre as abordagens da sociologia e da semiologia, tendo em conta a diversidade de espaços epistemológicos em que se situem.

Como já anteriormente afirmei, a semiologia — cada vez mais propensa a admitir a diversidade semiótica — tem vindo a dar-se conta do carácter codificado da gestualidade humana. Se, numa primeira fase, só os comportamentos fortemente ritualizados, por revelarem com maior evidência um conjunto de regularidades semióticas, prenderam a atenção dos semiólogos (é curioso que um autor como Pierre Guiraud inventarie a título de «códigos sociais» os protocolos, os ritos, as modas e os jogos), é a própria gestualidade espontânea que igualmente acaba por preocupá-los. Através da aplicação de elaborados critérios analíticos, torna-se mesmo já possível distinguir, com alguma precisão, a natureza diferencial das regras de codificação que objectivamente estruturam os vários tipos de comportamentos gestuais.

É claro que a sistematização assim conseguida pode, sem mais, produzir efeitos no interior da própria sociologia: de facto, reconduzir a «diversidade semiótica» à «diversidade social» é objectivo que os automatismos intelectuais dos sociólogos não deixarão, em princípio, escapar.

Se, contudo, fechando-se num espaço epistemológico como o do objectivismo, talvez intrínseco, da semiologia, a sociologia se preocupar mais com o estabelecimento de regularidades objectivas (neste caso, a identificação minuciosa do tipo de acções humanas — económicas, lúdicas, religiosas, etc. — associadas às formas semiológicas que estruturam a gestualidade) do que com os princípios práticos e simbólicos que realmente trabalham o corpo de molde a que nuns casos se produza a gestualidade

ritualizada e noutros a espontânea, então o confronto disciplinar que aqui nos interessa não propiciará resultados especialmente inovadores: através dela, com efeito, mais não se conseguirá provavelmente do que a obtenção de uma maior precisão no estabelecimento de co-variações entre formas de manifestação de sentido e tipos de actividades sociais a elas recorrentemente associadas.

Significará isto que a contrapartida para o estabelecimento das regras de codificação objectivas dos comportamentos gestuais não pode deixar de ser, se se quiser promover uma teoria sociológica da prática enquanto tal, o simples retorno aos pressupostos e procedimentos do modo de conhecimento fenomenológico, os quais, como se sabe, tendem a promover o saber subjectivo dos agentes sociais acerca da sua própria prática?

Não é isso, obviamente, o que propomos.

De facto, o individualismo e o naturalismo característicos das concepções espontâneas sobre o social (e sobre o sentido da acção) conduziriam, neste caso, não só à negação do carácter codificado da gestualidade (haverá para o senso comum algo de mais pessoal, intransmissível e, portanto, incodificável do que o uso que *cada um* faz do *seu* corpo e dos *seus* gestos?), como mesmo à integral naturalização da gestualidade espontânea (não se deve ela, com toda a aparência, a motivações de tipo biológico ou técnico, pura e simplesmente universais?); pelas características colectivas da sua aprendizagem e execução, restariam, talvez, no espaço de visibilidade da sociologia (coincidente, nesta perspectiva, com o senso comum), os comportamentos gestuais mais estritamente ritualizados.

Tentemos mostrar então de que maneira é possível à interrogação sociológica sobre a diversidade semiótica da gestualidade superar os limites do objectivismo.

Fundamentalmente, impõe-se que ao estabelecimento de correspondências entre formas semiológicas e formas sociais aparentes ou entre aquelas e as «condições materiais de existência» que pretendam explicá-las directamente — posição capaz de fundamentar, quando muito, uma tipologia da gestualidade social — se substitua uma concepção voltada para a análise de conjunturas gestuais entendidas como conjunção necessária de sistemas de disposições interiorizadas nos agentes sociais e de acontecimentos objectivos ou situações com que os mesmos se confrontem.

Vários problemas estão, evidentemente, implicados em tão sintética fórmula.

Salientaremos, em primeiro lugar, o do processo de interiorização das diversas técnicas do corpo, ele próprio diversificado, quer de acordo com as posições dos agentes na estrutura de classes da sociedade, quer segundo as funções sociais específicas das mesmas técnicas (enquanto a gestualidade ritualizada, desempenhando normalmente funções de integração/legitimação explícitas, envolve formas de aprendizagem e agentes de inculcação especializados, é já, sobretudo, através de uma permanente aprendizagem em situação difusa, e não formalmente institucionalizada, que os automatismos da gestualidade espontânea se adquirem).

Problema igualmente implicado naquela fórmula e associado ao anterior diz, por seu turno, respeito aos mecanismos sociais, que, elidindo o carácter socialmente determinado da aprendizagem da gestualidade, reduzem, no plano do saber espontâneo, as técnicas do corpo a uma conjugação de invariantes biológicos com idiosincrasias pessoais auto-

determinadas (a resolução de tal problema tem, como é óbvio, entre outras virtualidades, a de denunciar as próprias limitações do modo de conhecimento fenomenológico).

Analisar o sistema de posições e de relações de força interior ao campo dos especialistas em manipulação simbólica que, numa formação social, monopolizam, não só a capacidade de racionalização especulativa da prática, como o poder de inculcar, através do corpo, arbitrários culturais — eis, finalmente, uma outra questão que do projecto sociológico enunciado se desprende.

Não é difícil perceber a importância que a sistematização/articulação das regularidades sociais objectivas continua a assumir no espaço de problemas que rapidamente acabámos de esboçar: distinguir, através de rigorosa identificação de regras objectivas de codificação, gestualidade espontânea e ritualizada, caracterizar, mediante um conjunto de estruturas objectivas (económicas, políticas, etc.) definidas pela teoria, quer as condições materiais de existência associadas às diferentes situações de classe, quer os próprios acontecimentos objectivos que pontuam o devir social, são, efectivamente, tarefas que a análise da gestualidade, mesmo numa perspectiva epistemológica como a do modo de conhecimento praxeológico, não só não pode descurar, como, em bom rigor, pressupõe.

O contrário equivaleria sempre a dissolver a prática sociológica no impressionismo das abordagens fenomenológicas.